

## *Elisões e Alusões na Correspondência de Escritores*

*Leopoldo Comitti*

*Universidade Federal de Ouro Preto*

---

Hoje, os estudos de acervos de escritores estão readquirindo a importância merecida que um dia já tiveram. Não era sem tempo, pois esses certamente nos proporcionam uma das maneiras mais eficazes de desvelarmos todos os meandros do processo de obliteração de sentidos pelo qual passa qualquer obra literária, ao ser absorvida pelas instâncias de poder. Trata-se, sem dúvida, de um processo inevitável quando o artista perde o controle sobre a esfera privada, especialmente após seu falecimento, e fica a mercê de instituições que o transformam em ícones político-culturais, se pensarmos aqui unicamente a partir de um viés ideológico. Ideológico, salientamos, pois compreendemos a gradativa iconeização da obra de um escritor (sob a forma de monumentos, nomes de ruas, relações de obras e notas bibliográficas, panteões e jazigos) como uma das formas encontradas pelas instâncias de poder para esvaziar o sinete autoral de qualquer relação com o texto e da potencialidade subversiva da escrita. Ao adentrar o panteão dos imortais e transformar-se numa sucessão de efemérides, o escritor se esvazia daquilo que anteriormente o demarcava enquanto sujeito público. Se antes a obra era a sua máscara, agora a máscara reflete apenas os contorcionismos faciais dos grupos hegemônicos.

São inúmeros os processos de controle estabelecidos entre os atores desse espetáculo da entronização de um escritor na relação, não só dos autores canônicos, mas também na galeria

dos "homens ilustres". Todos têm o mesmo intuito: garantir a "qualidade (?)" das informações transmitidas, em princípio, porém também burlar a acuidade interpretativa do terceiro (compreendido este como interferente, censor, pesquisador ou público). Tais recursos, por mais sofisticados que se mostrem, dificilmente se assemelham à criptografia, pois não resistem a um trabalho (quero crer que até mesmo pouco exaustivo) de cotejo dos documentos, tais como correspondência ativa e passiva, manifestações públicas, entrevistas, textos literários e até mesmo textos epistolares das outras partes envolvidas na questão em debate.

Nos últimos anos, tem se multiplicado o número de edições que organizam e reúnem cartas de escritores. Essa copiosidade mostra que, nos meios editoriais, se tal prática não é rentável financeiramente, pelo menos traz retorno em termos de divulgação e construção de uma imagem de respeitabilidade "cult" por parte do editor. A divulgação (por meio de publicações ou do livre acesso a acervos e arquivos) da correspondência de pessoas públicas sempre teve boa acolhida por parte da comunidade acadêmica, além de despertar o interesse do público na justa medida da notoriedade dos autores. Há, nesses documentos, um fascínio que possui relações estreitas com a atividade do *voiyer*, pois o texto privado se abre para a esfera pública como uma janela que deixa entrever fatos inconfessáveis, ou então os bastidores de uma atividade da qual o espectador tem apenas a versão final, com a obviedade de sua face polida voltada para a platéia.

Neste aspecto, a divulgação de correspondência não se diferencia substancialmente das confissões e dos diários. Busca-se neles sempre o secreto, o resguardado, aquilo que deliberadamente se ocultou ou se deixou de revelar pelo pudor inerente à esfera privada. Ou, e isso sim de extrema importância para os estudos literários, os ensaios da criação, o inacabado, as marcas de revisão, a troca fértil de experiências, a sugestão acatada, ou simplesmente as pistas para a recomposição de um fazer intelectual aberto a um grupo - aquilo que costumamos denominar vida literária. Mesmo nesse último caso, o olhar do *voiyer* está presente, pois o que se pretende observar também

diz respeito a uma intimidade. O pesquisador que se lança a documentos pessoais de escritores pretende, a sua maneira, invadir um espaço interdito ao público e dele retirar para a luz uma possível verdade, confirmar hipóteses, esclarecer dúvidas. Em suma, tentar desconstruir os discursos, acima mencionados, que obliteram os sentidos possíveis da obra de um escritor e os sepultam sob lápides ideológicas.

Talvez possamos utilizar para as questões aqui tratadas a palavra **desnudar**, pois tal tipo de atividade busca, de uma maneira ou outra, surpreender o texto literário no momento mítico de sua gênese, no qual sua exteriorização é ainda e apenas potencial, sem as costuras que configurarão o corpo e a roupagem de sua exposição ao leitor.

Essa tentativa de retorno a um momento mítico será sempre abortada, pois também os documentos privados se revestem de elementos circunstanciais que resguardam a intimidade da criação. Nada mais enganoso que pensarmos neles enquanto "originais", formas primeiras que denunciam uma possível verdade. Também eles, e em especial as cartas, são textos que se dirigem a um leitor e já contém em si as marcas de uma alteridade. Diante do olho do destinatário, ou do pesquisador *voiyer*, encenam movimentos que premeditam leituras. Por isso, em estudos de acervos de escritores, qualquer documento, em princípio, deve ser olhado com desconfiança. As circunstâncias que envolvem a constituição de uma coleção certamente induzem o pesquisador a efetuar um determinado tipo de leitura conveniente não só ao intelectual pesquisado, como também aos familiares remanescentes ou às instituições mantenedoras do arquivo público ou privado. A organização do acervo, em si, já supõe o estabelecimento de normas de consulta, de prioridades de exposição, de salas ou códices de acesso restrito. Tais aspectos, sem sombra de dúvida, configuram uma intervenção *a posteriori* capaz de dirigir os olhos do pesquisador por trilhos pré-estabelecidos, desejáveis, convenientes às mentalidades dos organizadores, ou à ideologia dominante.

Também a origem do acervo aí fala. Doações em vida naturalmente trazem a marca de uma tentativa de controle, por

parte do doador, dos modos de abordagem de sua obra ou de sua própria existência. Já as doações (ou vendas) efetuadas por familiares e amigos possuem traços nítidos de censura; às vezes também de intromissão, quando o cedente procura amealhar para si um pouco dos méritos do escritor e/ou intelectual.

No primeiro caso, as supressões são freqüentes. Assemelham-se a um retrato retocado, em que os caracteres considerados desagradáveis são diligentemente apagados. Aqueles mais nítidos, quase indelévels, são atenuados pelo realce dado a outros convenientemente justapostos, num processo semelhante ao da iluminação teatral: luz e sombra conduzem o olhar do espectador pelas cenas do texto. No segundo caso, além das supressões, encontramos também os acréscimos: livros, textos de críticos, cartas recebidas, depoimentos. Por seu caráter suplementar (e quando bem contextualizado pelo pesquisador), tais documentos podem dar ao pesquisador subsídios valiosos para relevantes estudos a respeito da vida literária.

Quando nos debruçamos sobre correspondência de escritores; a questão se torna bastante complexa pois, estejam os textos em arquivos públicos, em coleções particulares ou publicadas em livros, já trazem em si problemas de leitura inerentes a seu próprio processo de escrita. As cartas, apesar de, em tese, serem manifestações textuais privadas, jamais foram tratadas estritamente como tais. Entre remetente e destinatário surge sempre a sombra de um terceiro leitor (muitas vezes plural) que, mesmo aliado pelos mais diversos mecanismos de controle, acaba sempre deixando suas marcas pelo texto, sob a forma de recursos discursivos facilmente reconhecíveis. Este terceiro leitor, muitas vezes, encontra-se presente até mesmo no processo de escrita, como podemos perceber na correspondência expedida por D. Zenaide Guimarães para seus familiares,<sup>1</sup> na qual é perceptível a interferência de Alphonsus de Guimarães e, anos mais tarde, dos diversos filhos; há nela traços de transcrição de um discurso oral, correções gramaticais, além de uma evidente re-escrita "aceitável", em caso de assuntos problemáticos (dentre eles, um controverso alcoolismo, negado por

alguns intelectuais contemporâneos e afirmado por outros e pela tradição oral).

Por vezes, a presença dessa sombra tem boa acolhida por parte do remetente. Adquire até mesmo o estatuto de público leitor, não apenas como destinatário tangencial, mas como destinatário real e qualificado. Mário de Andrade, em sua correspondência a Carlos Drummond de Andrade, observa essa prática, não sem a sua costumeira ironia: "Se eu tivesse tempo pra escrever cartas como se faz na França, cartas pra depois da morte os amigos publicarem, havia de mandar uma pra você sobre o que sou, o que faço e o que penso agora. Dava um assunto bonito, que esta minha vida é vê uma sororoca de Amazonas"<sup>2</sup>.

Apesar de solicitar aos amigos que suas cartas jamais sejam publicadas, Mário de Andrade é um bom exemplo de como o público leitor (pelo menos aquele especializado) está sempre previsto nas entrelinhas de seus extensos bate-papos com os amigos.

Mário, em seu comentário ou sua prática, acaba indiretamente por lançar luz a uma questão importantíssima para os pesquisadores de acervos literários. O pressuposto aparentemente óbvio de que uma carta representa uma comunicação privada entre um remetente e um destinatário e, por isso mesmo, excluindo o olhar de um terceiro, cai por terra. Não que a possibilidade de uma leitura eventual alheia ao circuito inicial não faça parte do cotidiano das pessoas. Seria ingenuidade afirmar tal coisa. Mas a questão levantada por Mário desmitifica o caráter privado da correspondência, colocando a terceira leitura não mais como mero acidente no percurso do documento, como eventual possibilidade, mas como algo que, mais que um desvio da norma, passa a fazer parte do próprio pacto estabelecido entre os interlocutores. Ou seja, no intercâmbio epistolar existe sempre de forma implícita a presença do leitor não autorizado. Pelo fato de uma leitura tangencial, em princípio ilegítima, porém legitimada pelos costumes, ser muito fre-

<sup>1</sup> MUSEU CASA DE ALPHONSUS DE GUIMARAENS, Seção de Documentação, caixa 7.

<sup>2</sup> ANDRADE, Mário de. *A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Record, 1988. p. 42.

qüente e absolutamente incontrolável, o texto epistolar acaba sendo marcado por um processo de estruturação lacunar, constituindo algo que poderíamos chamar, até mesmo, de "retórica da correspondência".

Um exemplo clássico da utilização de lacunas, palavras ambíguas frisadas pela repetição, afirmações que a qualquer leitor distanciado do contexto comum aos missivistas soam como absolutamente inocentes, encontram-se presentes nas cartas trocadas por Machado de Assis e Nabuco. Uma série e alusões tornam-se por demais evidentes, especialmente aquelas relacionadas à aquisição de um imóvel para a sede da Academia Brasileira de Letras por meio de gestões políticas e até mesmo pela aceitação de militares e políticos no grupo. As elisões, no entanto são mais instigantes ao pesquisador, especialmente por colocá-lo em contato com outros acervos, informações históricas, depoimentos, que em seu conjunto podem fornecer algum sentido ao discurso elíptico. Evidentemente, neste caso, corre-se o risco de, ao invés de se obter a "compreensão" de um determinado episódio da História da Literatura construirmos apenas "leituras" possíveis, até mesmo castelos de "cartas" sem qualquer base sólida de sustentação.

Compreendendo os Estudos Literários também como "construção de possíveis interpretações". O documento que manuseio apenas apresenta uma pequena marca material deixada sobre a superfície do presente para nos lembrar de que nós mesmos fazemos parte de uma historicidade. Por esta razão, atrevemo-nos a reunir algumas, "cartas" com o intuito de preencher algumas lacunas deixadas na correspondência de Alphonsus de Guimaraens.

As eleições para uma cadeira da Academia Brasileira de Letras realizadas em 1905, que tinham por concorrentes Mário de Alencar, notoriamente protegido de Machado, e o poeta simbolista mineiro José Severiano de Rezende, amigo de juventude Alphonsus de Guimaraens parecem ter deixado alguns traços no acervo epistolar do poeta, especialmente no que diz respeito a um certo desleixo e ironia quanto à correspondência enviada a Mário de Alencar. Algumas possíveis respostas podem estar nas cartas trocadas entre Machado de Assis e Joa-

quim Nabuco. As referências breves e elípticas a respeito das eleições, por si só, já nos sugerem um impasse, uma situação problemática tecida por incontáveis jogos de interesse envolvendo não apenas afinidades pessoais e políticas, mas também o próprio controle da instituição.

A uma primeira leitura, os interlocutores nos levam a crer que se encontram unidos na tentativa de garantir a lisura do processo, sendo que a (e nebulosa) possibilidade de uma escolha pouca ética parece prontamente recusada por ambos. No entanto, se houvesse consenso a respeito e não pairasse no ar qualquer suspeita, Nabuco não teria qualquer necessidade de se dirigir a Machado, em 28 de julho de 1905, em tom de advertência: "Seria lastimável se as candidaturas as mais brilhantes que em nosso país possam surgir (...) recuarem diante de qualquer suspeita de haver na Academia grupos formados e fechados. Devemos torná-la nacional"<sup>3</sup>. Em 29 de agosto, após a efetivação das candidaturas (nenhuma das sugeridas por Nabuco), Machado devolve a reprimenda, mas deixa clara a sua preferência: "Já lá há de saber que os candidatos são o padre Resende, o Domingos Olímpio e o Mário de Alencar. Na Academia não há nem deve haver grupos fechados"<sup>4</sup>.

Sem a interferência de outras fontes, a correspondência entre os dois já coloca em dúvida a lisura do processo de eleição na academia por abordarem cuidadosamente outros assuntos delicados, tais como o franqueamento das portas da casa a políticos e militares. As razões, sim, é que são explicitadas de forma pouco convincente, colocadas ali apenas para a atenção dos olhos alheios e perfeitamente dispensáveis para os missivistas. Por trás de alegações da necessidade de que a Instituição tivesse representantes de vários segmentos da sociedade há, simplesmente, preocupação com questões de ordem prática: ou seja, obter, por influências políticas, um imóvel definitivo para a Academia.

Ademais, apesar dos protestos de lisura e rapapés de Machado dirigidos a Nabuco, um depoimento do próprio Má-

<sup>3</sup> Apud ASSIS, J.M.M. de. *Correspondência*. Rio de Janeiro: Jackson, 1970. p. 88.

<sup>4</sup> *Ibid.* p. 91.

rio de Alencar nos mostra que as eleições não se deram exatamente de uma maneira "democrática" e isenta, quando relata o convite a ele dirigido pelo Mestre e, em princípio, recusado:

*"Teimei na recusa. Mas o meu bom amigo não se deixou convencer das minhas alegações, e durante dois meses insistiu comigo. Ia terminar o prazo de inscrição, e eu contava com o esquecimento dele para esquivar-me à obrigação penosa. Na manhã do último dia, porém, Machado de Assis foi à Secretaria do interior, onde eu trabalhava, e interpelou-me sobre aquele assunto. Quis recusar ainda, mas a sua fisionomia revelou-me o seu desgosto e nas suas palavras senti um pouco de irritação. Receei magoá-lo e declarei-lhe que me apresentava, mas que ele teria a responsabilidade do futuro acadêmico. Advertiu-me ainda que era o último dia de inscrição, e saiu com a promessa de receber à tarde a minha carta de apresentação. Horas depois apareceu-me o nosso amigo João Ribeiro, a quem ele, desconfiado da minha palavra, pedira-lhe que me obtivesse a carta."*<sup>5</sup>

Uma atitude semelhante pode passar por simples interesse e não significar qualquer escolha prévia, ou pressão exercida por Machado para eleger seu quase filho adotivo. No entanto, não é exatamente esta a versão que nos dá Josué Montello em seus comentários subseqüentes: "Não se limitou o mestre a esse cuidado. Em silêncio, mobilizava amigos, de modo discreto, para ter por fim a certeza, com a vitória de Mário de Alencar, que o filho do velho amigo, e também seu mestre, seria seu novo companheiro na instituição que presidia".<sup>6</sup>

Assim as lacunas relativas à disputa entre José Severiano de Rezende e Mário de Alencar, o esclarecimento, ainda assim nebuloso e centrado em alusões e ironias, acaba por surgir na correspondência entre Alencar e Alphonsus de Guimaraens, fiel amigo de Rezende [A grafia do nome é ambígua, ora com z, ora com s nas mais diversas fontes], cujo companheirismo Alphonsus de Guimaraens Filho já a atribui a juventude: "E José

Severiano de Rezende é que seria o companheiro a quem mais te sentiste unido. Com ele conviveste em Ouro Preto e depois em São Paulo."<sup>7</sup> E, sem dúvida, ambos possuíam ideais estéticos semelhantes, além de vivências comuns e um grande amor pela transgressão, como nos aponta Enrique de Rezende, em sua biografia dedicada a Alphonsus: "Mas Alphonsus [sic] foi, antes de tudo um contraditório. Muitos de seus atos tocaram às raias da heresia..."<sup>8</sup> E, em heresias, Severiano de Rezende não lhe ficava atrás, aliás, pelo contrário: por todos os lugares onde passou deixou um rastro complexo, fusão de genialidade, genialidade, grandiloqüência, dandinismo e relações problemáticas com a Igreja, da qual fazia parte. Por tais identificações, além de informações apenas sugeridas aqui e ali, o ermitão de Mariana teria se colocado francamente ao lado do amigo na questão da Academia, apesar de, ele próprio, não ter qualquer interesse por uma cadeira. As cartas ainda disponíveis são poucas. A mais significativa delas tem como conteúdo principal as queixas de Mário de Alencar a respeito da interrupção da correspondência anterior, efetuada de forma abrupta. Sutilmente, o remetente sugere as razões para o silêncio, atribuindo-o a mágoas não explicitadas:

*Afonso,*

*Veio-me agora vontade de lhe escrever. Há cerca de dez annos cessou a nossa correspondência por culpa sua, sem causa e sem explicação. Fiquei maguado pelo seu silencio e achei que o melhor meio de exprimir a minha queixa era calar-me. Você parece nem ter dado por isso; e os annos foram passando sem termos noticia um do outro. De mim porem sei que não o esqueci, nem deixei de lhe querer bem; de você nada sei, nem mesmo si esta carta será respondida. Si v. a acolher bem, como a um abraço de amigo, que volta, eu ficarei contente.*

<sup>5</sup> ALENCAR, M. Apud MONTELLO, J. *Os inimigos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 103.

<sup>6</sup> *Ibid.* op. Cit.

<sup>7</sup> GUIMARAENS FILHO, Alphonsus. *Alphonsus de Guimaraens em seu ambiente*. Rio de Janeiro: Fund. Biblioteca Nacional, 1995. P. 40.

<sup>8</sup> REZENDE, Enrique de. *Retrato de Alphonsus de Guimaraens*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. P. 42.

*Peço que me escreva e me dê notícias suas, dos seus e dos seus trabalhos. Eu estou mais envelhecido do que devia estar; tenho seis filhos, cabelos mais rasos, menos iluzões e mais tristeza. Trabalho na Secretaria da Câmara dos Deputados, e continuo a amar a poesia. Da sua tenho saudade, que há muito o não a leio nem vejo notícia. Si me escrever, mande-me também o seu último livro.*

*E receba um abraço saudoso do seu amigo Mário de Alencar*

*Rio, 24 de março de 1908<sup>9</sup>*

Com tão pouco tempo passado da posse de Mário de Alencar na Academia, a carta soa como uma sondagem, uma apalpadela no terreno fértil das inimizades literárias, para examinar o estrago estabelecido. Já Alphonsus, apesar de também elíptico quanto aos possíveis dez anos de silêncio, alude de forma mais objetiva ao episódio que teria provocado um rompimento, em nada relativo a lapsos de tempo em correspondência:

*"Não sei mesmo qual de nós deixou, em primeiro lugar, de escrever para o outro. Sei que me não esquecia de ti, o que, em consciência, a teu respeito para comigo, não poderás afirmar. Um simples fato: publicaste teu livro de versos, que te deu entrada na academia (o que prova o seu valor literário) [grifo nosso], e até hoje estou a espera dele"<sup>11</sup>.*

A essa alusão segue-se o silêncio de Mário de Alencar e certa insistência da parte de Alphonsus, que lhe cobra uma resposta por meio de um cartão telegráfico. Na carta seguinte, de 17 de maio de 1908, volta a insistir a respeito da livro não remetido e na insistência a respeito de seu valor literário, já nas

primeiras linhas do texto, marcando assim a importância da questão:

*"Recebi anteontem a tua carta. Já estava estranhando a demora da tua resposta, e por um triz que te vitimava com um segundo cartão, preenhe de reclamações. Não me satisfazem absolutamente as razões que dás para não me enviases o teu livro. A falta de confiança em si, num poeta como és, é incrível, e (perdoa-me) irritante. Não quero crer que seja modéstia; os homens de letras não devem tê-la. Que serias tu, se em vez de viver nesse centro de luz, entre espíritos de eleição, arrastasses a vida que levo, só, completamente só, nestes míseros sertões mineiros?"<sup>12</sup>*

A resposta de Mário de Alencar vem volumosa, texto no qual, sob o pretexto de estudo isento e contribuição crítica de um colega a outro, faz duros reparos aos poemas enviados a ele por Alphonsus, menosprezando especialmente aqueles mais nitidamente simbolistas, o que o destinatário não deixa de observar em sua resposta, datada de 02 de agosto: "(...) para alguns mostraste a má vontade que tens a uma escola a que me filiei, mas da qual só tenho aproveitado o que há nela de bom e razoável, sem exageros pindáricos, nem alcandorações gongóricas..."<sup>13</sup> Os insistentes pedidos para o envio do livro dizem aquilo que Alphonsus afirma não dizer: a suspeição de uma falta absoluta de qualidades literárias por parte de Mário de Alencar. Os cuidadosos reparos a respeito dos poemas, tão bem aceitos quando vindos de Rezende, produzem um tom claro de irritação na resposta remetida ao Rio de Janeiro.

Por mais que Mário se esconda por trás da máscara do crítico desinteressado, a má vontade e a represália aos comentários ambíguos e reticentes de Alphonsus quanto a sua posição na academia se encontram presentes, quase óbvios, especialmente na forma de sobrescritar o envelope. Mário endereça-o ao Dr. Affonso de Guimarães, D. Juiz de Direito de Mariana. O poeta mineiro sente a ironia, não apenas pelo fato de ser conhe-

<sup>9</sup> MCAG. Período: 29 dez. 1893/20 jul. 1966 e s/d. cx. 8, doc. N.º. 84.196.

<sup>10</sup> Agradeço ao orientando de PIBIC Luciano Vivaqua pela transcrição da carta em questão.

<sup>11</sup> GUIMARAENS, A. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960. p.665.

<sup>12</sup> *Ibid.* p. 666.

<sup>13</sup> *Ibid.* p. 667.

cida pelos meios intelectuais sua situação precária frente ao serviço público, mas também por já a ter mencionado ao remetente. Expressa sua estranheza, com óbvio tom de mágoa, em *post scriptum*, fato esse que já coloca em evidência o protesto: "(...) Sou, como já te disse, um simples e temporário juiz municipal. Não pude colocar-me ainda na magistratura vitalícia do Estado, tal é o enxame de bacharéis bafejados pela política"<sup>14</sup>. O comentário parece estar diretamente relacionado à menção de Mário de sua posição como funcionário da Secretaria dos Deputados, o que o colocaria imediatamente entre os "bacharéis bafejados pela política".

A carta de 02 de outubro de 1908, enviada por Alphonsus, já denuncia uma interrupção na correspondência. Trata-se de um texto curto, enxuto, em que, apesar de ligeiros e protocolares comentários a respeito das emendas de Mário a seus textos, coloca em evidência a morte de Machado de Assis: "Com o falecimento de Machado de Assis, mestre de todos nós, que te dedicava (leio nos jornais) um verdadeiro afeto paternal, imagino como não estará combalido seu espírito"<sup>15</sup>.

As cartas seguintes já são datadas de 1913. Em 02 de maio, Alphonsus dá notícia do recebimento de um bilhete e volta a pedir (tônica de toda a correspondência) exemplares das obras de Mário de Alencar. Rapidamente expõe sua situação de penúria financeira, para explicar a ausência de novas publicações. Contrariando o estilo afetivo de seus textos epistolares, conclui a carta apenas com um abraço. Há no texto uma frieza e impaciência que se repetem na missiva de 25 de outubro. Nessa, poderíamos esperar, pelo menos, maior delicadeza, pois, após 06 anos de solicitações, finalmente recebe uma obra do correspondente (*Páginas*). Porém, e talvez mesmo por ter recebido a obra, o tom, apesar de aparentemente cordial, ainda é mais áspero, por, primeiramente, elogiar o talento do remetente e, em seguida, comentar o discurso de posse de Mário de Alencar na Academia, fazendo nova alusão a Machado: "Nas linhas dedicadas a Machado de Assis, a tua alma acompanha a d'Ele -

<sup>14</sup> Ibid. 668.

<sup>15</sup> Ibid. 668.

é uma romaria que fazes à saudade que te deixou Aquele Peregrino Espírito."<sup>16</sup>

A reiterada justaposição de assuntos - valor literário, eleição de 1905 na Academia e as relações afetivas entre Mário e Machado - estão aí novamente sintetizadas de forma inequívoca. Consciente ou inconscientemente Alphonsus expõe sua opinião desabonadora, mesmo entre expressões de apreço e os costumeiros rapapés da época. A brevidade da carta também é eloqüente. A expressão "a tua alma acompanha a d'Ele", apesar de ser freqüente em condolências, à época, em tal contexto soa ainda mais como ironia, por identificá-los inequivocamente numa mesma maneira de agir ou de pensar. E a essas últimas alusões segue-se o silêncio.

Aliás, coleções de cartas se falam mais por seus silêncios que por palavras. Neste aspecto, o acervo de Alphonsus de Guimaraens em Mariana, apesar da pequena quantidade de documentos que conserva, é bastante rico para o pesquisador. Uma só carta, muitas vezes, mergulha o pesquisador num emaranhado de informações diferentes, às vezes desconcertantes, levando-o, mesmo, a buscar arquivos outros e mais distantes.

As questões aqui tratadas, todas decorrentes de pesquisa no Museu Casa de Alphonsus de Guimaraens, em Mariana, evidentemente não são suficientes para delinear o estatuto da correspondência nos estudos de acervos. Apenas nos sugerem a necessidade de um trabalho mais cuidadoso quando nos deparamos com tal tipo de documentação, uma vez que, mais que um registro de vida, esses papéis se assemelham de fato a máscaras deliberadamente caleidoscópicas, mutáveis. Nelas, importam, sim, os olhos; especialmente os olhos daqueles que os lêem. Assim o fizemos.

<sup>16</sup> Ibid. 668.